

## **DECRETO Nº 2.351/2003**

Súmula: Regulamenta a concessão da Licença-Prêmio por Assiduidade na forma prevista nos artigos 113 a 118 da Lei nº 1886, de 15 de setembro de 1994.

**NILTON DE SORDI JUNIOR**, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

### **D E C R E T A**

- Art. 1º - Para gozar o benefício, o servidor deverá:
- a) ser integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, da Câmara Municipal e do Serviço Autônomo de água e Esgoto;
  - b) estar em efetivo exercício;
  - c) Ter completado, no mínimo, 10 (dez) anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 5º;
  - d) Requerer a licença;
  - e) Constar da escala elaborada pela Divisão de Recursos Humanos.
- Art. 2º - Não se concederá o benefício ao servidor que, no período aquisitivo:
- I) sofreu penalidade de suspensão disciplinar;
  - II) afastou-se em virtude de:
    - a) licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;
    - b) licença para trato de assuntos particulares;
    - c) condenação à pena privativa de liberdade por sentença definitiva
    - d) licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;
    - e) licença para o desempenho de mandato classista.
- Art. 3º - Ocorrendo algum dos afastamentos previstos no art. 2º, os 10(dez) anos de serviço exigidos para o deferimento do benefício serão contados a partir do reinício do exercício, desprezando-se o tempo anterior.
- Art. 4º - As faltas injustificadas ao serviço, retardarão a concessão do benefício, na proporção de 1(um) mês para cada falta.
- Art. 5º - Para fins de concessão do benefício considerar-se-á, apenas, o tempo de serviço prestado à Administração Direta, Câmara Municipal e Autarquia, desde que não haja interrupção entre a exoneração e o exercício do outro cargo.
- Art. 6º - O número de servidor em gozo simultâneo da Licença-Prêmio não poderá ser superior a um terço da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade, desprezando-se a parte fracionária.

- Art. 7º - O servidor cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade conveniada, que pretender gozar o benefício, deverá apresentar, anexo ao requerimento, termo de anuência do órgão cessionário. <
- Art. 8º - Compete à Divisão de Recursos Humanos a elaboração e controle da escala, devendo a mesma manter contato com todos os servidores constantes na escala, inclusive com aqueles que se encontrarem eventualmente afastados.
- Art. 9º - Na elaboração da escala, terá prioridade o servidor com maior tempo de efetivo exercício.  
Parágrafo único - Em caso de empate, terá prioridade o servidor:  
a) com maior tempo de efetivo exercício na Unidade;  
c) mais idoso.
- Art.10 - Somente poderá constar da escala o servidor com direito ao benefício.
- Art.11 - O início do gozo do benefício deverá coincidir com o 1º (primeiro) dia útil de cada mês.  
Parágrafo único - Excetua-se do caput o benefício concedido à servidora gestante que poderá ter início no 1º (primeiro) dia útil, após o término da licença à gestante, ou férias da mesma, quando gozadas imediatamente após a licença. Para isso, a servidora deverá protocolizar requerimento com antecedência de 15(quinze) dias;
- Art. 12 - Ocorrendo movimentação do servidor, após a elaboração da escala, o mesmo terá assegurado o direito de gozo do benefício, no período estabelecido anteriormente, permanecendo registrado na escala da Unidade de origem.
- Art. 13 - A cada decênio de efetivo exercício, o servidor poderá usufruir até 6(seis) meses do benefício.
- Art. 14 - O benefício poderá ser gozado total ou parceladamente, em períodos de 90 (noventa) dias, conforme interesse da administração.
- Art. 15 - O servidor poderá requerer o cancelamento parcial ou integral do gozo do benefício concedido, desde que o faça com antecedência de 15 (quinze) dias do início.
- Art. 16 - Iniciado o período de gozo do benefício, este não poderá ser interrompido
- Art. 17 - Após a inclusão na escala, não será permitida a alteração do período do gozo do benefício, salvo se o servidor afastar-se para tratar da própria saúde, antes do início do gozo do benefício.

Art. 18 - Ocorrendo a situação prevista no art. 17, caberá à chefia imediata do servidor comunicar o fato, imediatamente, à Divisão de Recursos Humanos, por meio de memorando, devendo ser anexada ao mesmo cópia autenticada do comprovante da licença médica, se esta terminar no período para o qual estava marcado o gozo do benefício.

Art. 19 - Após o início do gozo do benefício, não poderá haver alteração no período, mesmo em se tratando de afastamento para tratar da própria saúde. Neste caso, a licença médica ficará prejudicada.

Art. 20 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 12 de agosto de 2003

Nilton de Sordi Junior  
Prefeito Municipal